



Câmara Municipal de São Benedito

Biênio 2023 / 2024



PARECER

PROCESSO ADM. Nº. 012301.2023
TOMADA DE PREÇOS Nº. 012301.2023

OBJETO: “seleção de melhor proposta para prestação dos Serviços de transmissão digital das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, eventos diversos ao vivo em tvs do plenário, redes sociais e paginas oficiais, das ações da Câmara Municipal do Município de São Benedito/ce.”, em conformidade com, Planilha descritiva e termo de referencia que fazem parte integrante deste edital.

O presente parecer tem o intuito de atender a solicitação feita pelo Setor de Licitação, para análise da Minuta do edital e seus Anexos, pertinentes ao processo de licitação a ser realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 012301.2023**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime **INTEGRAL**, cujo objetivo é buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que é plenamente justo e louvável.

O Edital não representa qualquer ofensa ao princípio da legalidade e também não há o que se falar em violação ao princípio da economicidade, da igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos.

Estabelece a lei 8.666/93 em seu Art. 38, Parágrafo único que as “Minutas de editais de Licitação, bem como os Contratos, acordos, Convênios ou Ajustes devem ser previamente examinados e aprovados pela assessoria Jurídica da Administração”, impondo clara obrigatoriedade no sentido de antes de instaurar-se o Certame licitatório, realizar-se uma análise jurídica das condições que foram em determinado caso, fixadas para disciplinar a licitação.

Esse exame prévio almeja preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos da Administração, impedindo o surgimento de situação que em descompasso com o regime Jurídico vigente, estejam amoldadas no padrão de conduta imposto ao Gestor da coisa pública.

Verifica-se que a solicitação, presente nos autos, justifica o pedido de autorização para a contratação em questão.

Continuação Parecer Jurídico...

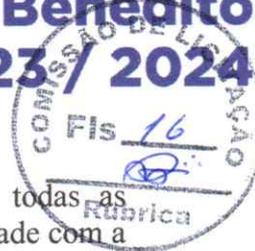
A Autorização da autoridade superior para abertura do Certame público dos autos, obedecendo, assim, a legislação vigente.

Contata-se nos autos que existe ao termo de referencia, obedecendo ao Diploma quanto a tal exigência no que tange a este tipo de contratação.

COSTA & AMARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 27.944.352/0001



Câmara Municipal de São Benedito Biênio 2023 / 2024



Ao analisarmos a Minuta de Contrato, verificamos que estão presentes todas as cláusulas necessárias, elencadas pelo Artigo 55 da lei 8666/93, estando em conformidade com a Legislação em vigor.

Feitas as observações pertinentes, concluímos que, do ponto de vista jurídico, até o presente momento, conforme consta dos autos não há óbice à viabilização do Processo Licitatório pretendido, estando preenchidos os requisitos do Art. 40 da lei 8666/93 e demais Legislações pertinentes.

Como conclusão, fica o parecer favorável à realização para os fins aqui estabelecidos. Este é o parecer, s.m.j. ficando, no entanto, submetido à apreciação do Senhor Presidente da Câmara Municipal para quaisquer considerações, com ênfase no sentido de que o Processo em apreço encontra-se, portanto, dentro das formalidades legais até o presente momento, conforme consta dos autos.

São Benedito -Ce, 24 de JANEIRO DE 2023.


Wilton Amaro Lima
OAB/CE 29399
Assessor Jurídico

COSTA & AMARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 21.944.352/0001-75



Câmara Municipal de São Benedito

Biênio 2023 / 2024



PARECER

PROCESSO ADM. N.º. 012301.2023
TOMADA DE PREÇOS N.º. 012301.2023

OBJETO: “seleção de melhor proposta para prestação dos Serviços de transmissão digital das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, eventos diversos ao vivo em tvs do plenário, redes sociais e paginas oficiais, das ações da Câmara Municipal do Município de São Benedito/ce.”, em conformidade com, Planilha descritiva e termo de referencia que fazem parte integrante deste edital.

O presente parecer tem o intuito de atender a solicitação feita pelo Setor de Licitação, para análise da Minuta do edital e seus Anexos, pertinentes ao processo de licitação a ser realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º. 012301.2023**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime **INTEGRAL**, cujo objetivo é buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que é plenamente justo e louvável.

O Edital não representa qualquer ofensa ao princípio da legalidade e também não há o que se falar em violação ao princípio da economicidade, da igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos.

Estabelece a lei 8.666/93 em seu Art. 38, Parágrafo único que as “Minutas de editais de Licitação, bem como os Contratos, acordos, Convênios ou Ajustes devem ser previamente examinados e aprovados pela assessoria Jurídica da Administração”, impondo clara obrigatoriedade no sentido de antes de instaurar-se o Certame licitatório, realizar-se uma análise jurídica das condições que foram em determinado caso, fixadas para disciplinar a licitação.

Esse exame prévio almeja preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos da Administração, impedindo o surgimento de situação que em descompasso com o regime Jurídico vigente, estejam amoldadas no padrão de conduta imposto ao Gestor da coisa pública.

Verifica-se que a solicitação, presente nos autos, justifica o pedido de autorização para a contratação em questão.

Continuação Parecer Jurídico...

A Autorização da autoridade superior para abertura do Certame público dos autos, obedecendo, assim, a legislação vigente.

Contata-se nos autos que existe ao termo de referencia, obedecendo ao Diploma quanto a tal exigência no que tange a este tipo de contratação.

COSTA & AMARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 20.944.352/0001-75